

PEPAC PODE ACENTUAR VULNERABILIDADE DA SOBERANIA ALIMENTAR



TEXTO

AUGUSTO FERREIRA

CONFAGRI

Portugal sofre de um crónico défice da balança alimentar. A balança comercial do complexo agrícola e pecuário apresenta um saldo negativo, em termos médios, superior a 1.800 milhões de euros. Excetuando os sectores do vinho, do azeite e do leite, Portugal está dependente das importações de cereais, carnes, animais vivos, frutas e produtos hortícolas para fazer face às necessidades do consumo interno.

A produção nacional é insuficiente para a satisfação das necessidades do consumo interno e, nem mesmo com uma nova “Campanha do trigo”, agronomicamente indefensável em muitos territórios, seria possível superar tamanha vulnerabilidade. No entanto, é possível, e de modo ambientalmente sustentável, produzir mais e utilizar melhor os recursos disponíveis em sectores onde somos deficitários e noutros onde já demonstrámos conseguir ter diversas vantagens competitivas, proporcionando algum equilíbrio, em valor, da balança comercial.

As previsões do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da ONU apontam que a população mundial pode atingir no final do século, cerca de 11 mil milhões de pessoas, podendo já em 2050 atingir os 9,7 mil milhões, ou seja, nos próximos 30 anos teremos no mundo mais 2 mil milhões de pessoas. Naturalmente, em consequência deste aumento também a área disponível para a agricultura tenderá a ser menor.

Para além das questões relacionadas com o aumento da população, temos ainda que prever efeitos negativos na produção causados pelas alterações climáticas, por alterações conjunturais dos custos com a energia, pelo aumento do custo da mão-de-obra, e também pelos custos decorrentes das mais ou menos acertadas decisões políticas, onde se insere e destaca o recente Pacto Ecológico Europeu (*Green deal*), com a Estratégia do Prado ao Prato (*Farm to fork*) e a Estratégia de Biodiversidade para 2030, com impactos diretos na produtividade da agricultura.

Com todos aqueles perigos é urgente que se produza mais, é urgente ser-se competitivo e é fundamental fazê-lo de modo ambientalmente sustentável para a preservação dos recursos naturais.

Mesmo com os ganhos decorrentes da permanente inovação tecnológica é de prever que os preços dos produtos agrícolas subam, agravando o défice da balança comercial e o acesso de parte da população a uma alimentação minimamente satisfatória em termos nutritivos.

Assim, mesmo com os ganhos decorrentes da permanente inovação tecnológica é de prever que os preços dos produtos agrícolas subam, agravando o défice da balança comercial e o acesso de parte da população a uma alimentação minimamente satisfatória em termos nutritivos. Em 1929, a célebre “Campanha do trigo”, visava diretamente: “Promover o aumento da produção do trigo até às necessidades do consumo, evitando assim a saída para o estrangeiro de importantes caudais de ouro”. Hoje, num mundo global, a visão não pode ser necessariamente a mesma, porém, o problema da balança comercial mantém-se, pelo que o aumento da produção devia permanecer no topo das prioridades políticas do Ministério da Agricultura, e não num tímido combate à sobreextensificação...



ENFARDADEIRA FFP 3135



UNIFEED PROFILE PLUS 2 DS



ENFARDADEIRA SB 1270 X

BE STRONG, BE KUHN



SEMEADOR MEGANT



DISTRIBUIDOR DE ADUBO MDS



DISTRIBUIDOR DE ADUBO AXIS



TERMINAL DE CONTROLO CCI



AUTO INDUSTRIAL LDA

Divisão Agrícola



M. Edifício Auto Industrial | Estrada da Circunvalação | 2794-065 Carnaxide
 T. +351 210 009 771
 E. divagricola@auto.industrial.pt
 W. divisaoagricola.autoindustrial.pt

QUADRO 1 BALANÇA COMERCIAL DE PORTUGAL
Média período 2014-2020

Sector	Saldo (Exportações-Importações) (milhões de euros)	Grau de Cobertura (Exportações/Importações) (%)
Frutas, Hortícolas & Flores (NC 06, 07, 08, 20)	-318	73%
Pecuária (NC 01, 02, 1601, 1602)	-802	26%
Carnes e miudezas (NC 02)	-688	15%
Vinhos de uvas frescas (NC 2204)	550	631%
Azeite (NC 1509)	42	120%
Cereais (NC 10)	-615	7%
TOTAL	-1831	55%

Fonte: GPP, Estatísticas do Complexo AgroFlorestal (CAF) e Sectores (dados atualizados em 28-06-2021)



A dita “gestão ativa do território” promovida pelo PEPAC apenas continuará a discriminar agricultores, a perpetuar o não rejuvenescimento do território e a acentuar as vulnerabilidades da reduzida soberania alimentar.

No presente, as preocupações não são muito diferentes das que se verificaram no passado, agora não estamos sós, fazemos parte de uma União Europeia com outros 26 Estados-Membro e com uma Política Agrícola Comum (PAC) que deverá continuar a garantir a segurança alimentar, significando isso o acesso a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, em qualquer momento. Além disso, deverá contribuir para melhorar a resposta dada pela agricultura da União às novas exigências da sociedade no domínio alimentar e da saúde,

nomeadamente em termos de produção agrícola sustentável, alimentação mais saudável, bem-estar dos animais e redução do desperdício alimentar. A PAC deverá continuar a promover os produtos com características específicas e valiosas, ajudando ao mesmo tempo os agricultores a adaptarem a sua produção de forma proativa, de acordo com os sinais do mercado e as exigências dos consumidores, como refere o considerando 35.º da proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às regras

dos «Planos estratégicos» da PAC a elaborar pelos Estados-Membro. O instrumento que o Ministério da Agricultura tem (tinha) em mãos para contribuir para a redução do défice da balança comercial chama-se “Plano Estratégico da PAC” (PEPAC). Este ditará o quadro de aplicação da PAC para Portugal para o período de 2023 a 2027 e assenta num modelo centrado numa visão de “Uma gestão ativa de todo o

território baseada numa produção agrícola e florestal inovadora e sustentável”, contudo esta visão não irá responder à necessidade de equilíbrio da balança comercial e irá afastar ainda mais a agricultura nacional das agriculturas europeias mais competitivas.

Desde logo porque se insiste numa desvalorização do conceito do “agricultor ativo”, por se promover a dissociação do conceito relativamente à realização de uma atividade económica de produção e transação de bens privados. Tendência que se agrava quando, igualmente, se assiste à não discriminação positiva das áreas produtivas. Ao invés, e contrariando aquilo que a regulamentação comunitária prevê, não se propõe uma redução da elegibilidade das superfícies quando se verificam elementos ineligíveis, como matos, que reduzem a capacidade de alimentação dos animais nessas superfícies. Por outro lado, a diferenciação proposta, nos ecogregimes, para as pastagens permanentes em função do nível de encabeçamento discriminando negativamente as superfícies com encabeçamento compreendido entre 0,75CN/ha e 1,5CN/ha, face às pastagens com encabeçamentos inferiores, quando Portugal tem um défice de carne de bovino e de ovino e caprino avaliado em 380 milhões de euros, é absolutamente incompreensível e promotora da sobreextensificação, com consequências frequentemente nefastas nos fogos rurais.

Pode-se também citar a incoerência dos apoios para a promoção da biodiversidade, estabelecidos na modalidade *top-up* do apoio base à sustentabilidade, que favorecem indiscriminadamente as

superfícies em pousio, acabando por ter um efeito contrário ao pretendido, pois é reconhecido que o abandono da atividade agrícola não favorece a biodiversidade, antes pelo contrário. Perante o que acima foi referido a dita

“gestão ativa do território” promovida pelo PEPAC apenas continuará a discriminar agricultores, a perpetuar o não rejuvenescimento do território e a acentuar as vulnerabilidades da reduzida soberania alimentar. ●

INFACO
www.infaco.com

ELECTROCOUP F3015
NA CONTINUIDADE DO APERFEIÇOAMENTO

BATERIA
ULTRA COMPACTA

POWERCOUP® PW2

EQUIPAMENTO MULTIFUNÇÕES

**1 MOTOR
=
6 FERRAMENTAS**

Varejador
Serra Circular
Desladradora
Desbastadora
Corta-Sebes
Serra

LISAGRI
Importador Exclusivo para Portugal